

Ministério da Educação

Esplanada dos Ministérios Bloco L, Edifício Sede - 8º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900

Telefone: (61) 2022-7960 - http://www.mec.gov.br

Ofício № 5514/2024/ASPAR/GM/GM-MEC

A Sua Excelência o Senhor Deputado LUCIANO BIVAR Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados Palácio do Congresso Nacional, Edifício Sede, Sala 27 70160-900 Brasília/DF

Assunto: Requerimento de Informação nº 4.131, de 2024, da Deputada Federal Tabata Amaral.

Senhor Primeiro-Secretário,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao Ofício 1ªSec/RI/E/nº 399/2024, de 28 de novembro de 2024, que versa sobre o Requerimento de Informação em epígrafe, encaminho a documentação anexa contendo as informações prestadas pela Secretaria de Educação Básica — SEB acerca da "implementação do Programa Péde-Meia instituído pela Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024".

Atenciosamente,

CAMILO SOBREIRA DE SANTANA Ministro de Estado da Educação

Anexos: I - Nota Técnica nº 104/2024/DIEB/SEB/SEB (5441955); e II - Ofício Nº 398/2024/DP4/GAB/SE/SE-MEC (5488096).



Documento assinado eletronicamente por **Camilo Sobreira de Santana**, **Ministro de Estado da Educação**, em 26/12/2024, às 19:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5460597** e o código CRC **3D135453**.



Nota Técnica nº 104/2024/DIEB/SEB/SEB

PROCESSO Nº 23123.007640/2024-35

INTERESSADO: DEPUTADA FEDERAL TABATA AMARAL

- 1. ASSUNTO
- 1.1. Requerimento de Informação nº 4.131, de 2024, da Deputada Federal Tabata Amaral.
- 2. REFERÊNCIAS
- 2.1. Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024 Institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público;
- 2.2. Decreto nº 11.691, de 5 de setembro de 2023 Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

3. **SUMÁRIO EXECUTIVO**

3.1. Análise e emissão de parecer do Requerimento de Informação nº 4.131, de 2024 (5375661), de autoria da Deputada Federal Tabata Amaral, a qual solicita informações acerca da "implementação do Programa Pé-de-Meia instituído pela Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024".

4. ANÁLISE

- 4.1. Trata a presente Nota Técnica do Requerimento de Informação nº 4.131, de 2024, de autoria da Deputada Federal Tabata Amaral, a qual solicita as seguintes informações:
 - a) Qual o valor total pago para estudantes no âmbito do Programa Pé-de-Meia no ano de 2024?
 - b) Como estão distribuídos os pagamentos, por estudante, unidade da federação e identificação da parcela paga?
 - c) Como o Ministério da Educação tem atuado para manter a responsabilidade fiscal para implementação dessa política pública?
 - d) Recentemente, foi celebrado o TED 150019 entre o FNDE e a Universidade Federal de Alagoas cujo objeto é: Programa Pé-De-Meia: Operação eficiente empregando a tecnologia para o processamento de dados educacionais massivos. Quais foram os critérios utilizados pela Pasta para escolha da UFAL para celebração deste termo?
 - e) Quais os valores efetivamente pagos pelo MEC para execução do TED 150019? Quais os valores previstos ainda pendentes de pagamento?
 - f) Até a efetiva entrega da solução de gestão inteligente para operacionalização dos dados do programa, previstos no referido TED, como o MEC tem feito a coleta, análise, guarda e operacionalização dos dados do Programa Pé-De-Meia?
 - g) Há mecanismos de transparência que possibilitem a fiscalização por órgãos de controle e sociedade civil quanto à execução financeira do Programa?
- 4.2. Assim, naquilo que se aplica à esfera de competências regimentais da Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), apresentamos as seguintes respostas aos questionamentos pontuados acima:
- 4.3. a) Qual o valor total pago para estudantes no âmbito do Programa Pé-de-Meia no ano de 2024?
- 4.4. Como meio de garantir a transparência ativa do Programa, a lista atualizada dos estudantes contemplados com o Programa Pé-de-Meia, incluindo o valor recebido até setembro de 2024, pode ser

acessada no endereço eletrônico https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia/documentos/documentos.

- 4.5. Também, é possível verificar os valores totais, em nível nacional e estadual, por meio do link: https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/infograficos/pe-de-meia.
- 4.6. Além disso, no Portal oficial da Caixa Econômica, é possível acompanhar o extrato mais atual e detalhado do FIPEM, em Fundos de Governo (caixa.gov.br) Opção "Educacionais": https://fundosdegoverno.caixa.gov.br/home.
- 4.7. b) Como estão distribuídos os pagamentos, por estudante, unidade da federação e identificação da parcela paga?
- 4.8. Conforme mencionado anteriormente, a lista dos estudantes contemplados com o programa Pé-de-Meia pode ser acessada na página do programa: https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia/documentos/documentos.
- 4.9. Reiteramos também que as informações referentes a cada uma das unidades da federação podem ser acessadas através do link: https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/infograficos/pe-de-meia.
- 4.10. c) Como o Ministério da Educação tem atuado para manter a responsabilidade fiscal para implementação dessa política pública?
- 4.11. A Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024 prevê que as despesas decorrentes do Programa Pé-de-Meia são de natureza discricionária e devem se adequar à disponibilidade orçamentária quando realizados os aportes pela Lei Orçamentária Anual. Isso é crucial para evitar o engessamento orçamentário, dado que os incentivos são pagos aos estudantes, diferindo de benefícios obrigatórios como a Previdência ou o Benefício de Prestação Continuada (BPC). O § 1º do art. 15, embora vetado pelo Executivo e posteriormente derrubado pelo Congresso Nacional, determina que as "dotações orçamentárias existentes" se referem às previsões orçamentárias durante novos aportes ao FIPEM, não à aplicação de recursos do fundo privado.
- 4.12. A lei autoriza a criação do FIPEM, que permite a integralização de recursos de diversas fontes, incluindo fundos públicos e privados, e garante a disponibilidade financeira necessária para a execução do Programa. Dessa forma, o FIPEM pode utilizar recursos alocados antecipadamente sem necessidade de solicitar crédito adicional, o que foi crucial para iniciar o Programa em 2024.
- 4.13. Além disso, é importante ressaltar que o Congresso Nacional aprovou um aporte de até R\$ 6 bilhões fora do limite de gastos em 2023 para viabilizar o início do Programa. Este aporte garantiu que o FIPEM tivesse recursos suficientes para começar a operar no ano seguinte, como previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Assim, a utilização de recursos do FIPEM está em conformidade com a legislação vigente, assegurando a continuidade do Programa sem necessidade de solicitação de crédito adicional ao Congresso e mantendo, dessa forma, a responsabilidade fiscal na implementação do Pé-de-Meia.
- 4.14. d) Recentemente, foi celebrado o TED 150019 entre o FNDE e a Universidade Federal de Alagoas cujo objeto é: Programa Pé-de-Meia: Operação eficiente empregando a tecnologia para o processamento de dados educacionais massivos. Quais foram os critérios utilizados pela Pasta para escolha da UFAL para celebração deste termo?
- 4.15. O TED firmado entre o MEC e a Universidade Federal do Alagoas (UFAL) tem o objetivo de desenvolver, implementar e sustentar uma solução de gestão inteligente abrangente para o Programa Péde-Meia do governo federal, com foco na operacionalização eficaz e contínua do Programa de incentivo financeiro-educacional, englobando estudantes tanto do ensino médio regular quanto da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esse projeto visa não apenas a coleta, integração e análise eficientes de volumes massivos de dados educacionais, mas também a condução de melhorias técnicas e funcionais contínuas, a facilitação da adesão e acompanhamento das redes de ensino envolvidas e a transferência de tecnologia para o MEC.
- 4.16. Nesse cenário, os critérios utilizados para a escolha da UFAL consideraram a capacidade técnica da equipe e o histórico de desenvolvimento de tecnologias sociais voltadas para a educação.

- 4.17. e) Quais os valores efetivamente pagos pelo MEC para execução do TED 150019? Quais os valores previstos ainda pendentes de pagamento?
- 4.18. Os valores são os que seguem:

Valor total: R\$ 31.579.080,00

Valor executado: R\$ 9.211.520,00

- 4.19. f) Até a efetiva entrega da solução de gestão inteligente para operacionalização dos dados do programa, previstos no referido TED, como o MEC tem feito a coleta, análise, guarda e operacionalização dos dados do Programa Pé-de-Meia?
- 4.20. A solução de gestão inteligente está sendo concretizada por meio do uso do Sistema Gestão Presente (SGP), ferramenta apontada como a principal alternativa do MEC para possibilitar a operacionalização do Programa. Com um olhar voltado para a redução da evasão escolar e o fomento da equidade educacional, essa iniciativa busca utilizar a inteligência dos serviços computacionais com produção de relatórios e análises para impulsionar resultados positivos e duradouros na educação brasileira.
- 4.21. Desse modo, os processos de coleta, análise, guarda e operacionalização dos dados do Péde-Meia são feitos a partir do referido SGP. Além disso, o TED garante a sustentação contínua e a evolução do sistema nos primeiros anos de sua existência, até sua posterior transferência ao Ministério da Educação.
- 4.22. g) Há mecanismos de transparência que possibilitem a fiscalização por órgãos de controle e sociedade civil quanto à execução financeira do Programa?
- 4.23. Consoante ao item b, a transparência do programa é concretizada por meio da publicação dos dados nos canais oficiais, a saber:
- 4.24. Lista dos estudantes contemplados com o Programa Pé-de-Meia: https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia/documentos/documentos.
- 4.25. Informações do Programa Pé-de-Meia referente a cada uma das unidades da federação: https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/infograficos/pe-de-meia.
- 4.26. Extrato detalhado do FIPEM, em Fundos de Governo (caixa.gov.br) Opção "Educacionais": https://fundosdegoverno.caixa.gov.br/home.

5. **CONCLUSÃO**

5.1. Ante o exposto, a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), ouvida a Diretoria de Incentivos a Estudantes da Educação Básica (DIEB), no limite de sua competência, considera ter atendido ao solicitado no Requerimento de Informação nº 4.131, de 2024, de autoria da Deputada Federal Tabata Amaral.

À consideração superior.

RODRIGO LUPPI DOS PASSOS

Coordenador-Geral de Articulação de Políticas, Benefícios e Condicionalidades

De acordo,

MARISA DE SANTANA DA COSTA Diretora de Incentivos a Estudantes da Educação Básica

De acordo. Encaminha-se à ASPAR.

KÁTIA HELENA SERAFINA CRUZ SCHWEICKARDT Secretária de Educação Básica



Documento assinado eletronicamente por Rodrigo Luppi dos Passos, Coordenador(a)-Geral de Articulação de Políticas, Benefícios e Condicionalidades, em 11/12/2024, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por Marisa de Santana da Costa, Diretor(a) de Incentivos a Estudantes da Educação Básica, em 11/12/2024, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Katia Helena Serafina Cruz Schweickardt, Secretário(a)**, em 12/12/2024, às 12:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php? acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5441955** e o código CRC **F7E8151A**.

Referência: Processo nº 23123.007640/2024-35 SEI nº 5441955



Ministério da Educação Esplanada dos Ministérios Bloco L, Edifício-Sede - 7º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900

Telefone: 2022-8731 - http://www.mec.gov.br

Ofício № 398/2024/DP4/GAB/SE/SE-MEC

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao Chefe da Assessoria de Assuntos Parlamentares e Federativos Ministério da Educação Brasília/DF

Assunto: Requerimento de Informação nº 4.131, de 2024, da Deputada Federal Tabata Amaral.

Senhor Chefe da Assessoria,

Em complemento ao Parecer nº 295/2024/LEGISLATIVO/GAB/SE/SE (5457317), referente ao Requerimento de Informação nº 4.131, de 2024 (5375661), de autoria da Deputada Federal Tabata Amaral, que solicita informações sobre a implementação do Programa Pé-de-Meia, instituído pela Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, informo em complemento ao item 4.3 da Nota Técnica nº 104/2024/DIEB/SEB/SEB (5441955) que a Caixa Econômica Federal comunicou que em 26/12/2024 o valor total pago aos estudantes no âmbito do Programa Pé-de-Meia no ano de 2024 foi de R\$ 5.590.540.600,00.

À consideração superior.

FERNANDA RODRIGUES TARGINO Diretora de Programa substituta

De acordo. Encaminhem-se da forma proposta.

GREGÓRIO DURLO GRISA Secretário-Executivo Adjunto



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Rodrigues Targino**, **Gerente de Projeto**, em 26/12/2024, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Gregório Durlo Grisa, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 26/12/2024, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php? acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5488096** e o código CRC **A95A9DE7**.

Referência: Caso responda a este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 23123.007640/2024-35

SEI nº 5488096